



## ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

### 2ª VARA DO TRABALHO DE AMERICANA – 0099

[ 2501 a 3000 processos ]

Entre os dias 31 de janeiro e 2 de fevereiro de 2018, a Excelentíssima Senhora Desembargadora do Trabalho **SUSANA GRACIELA SANTISO**, Vice-Corregedora Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 2/2018, divulgado em 17/1/2018 no DEJT (Edição 2396/2018 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 2). Presentes os Juízes Substitutos FABIO CAMERA CAPONE e VILSON ANTONIO PREVIDE. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

<b>Equipe de Correição:</b>	Jacqueline Aparecida Campos Lopes e Norton Luiz Bechtluft
<b>Jurisdição Atendida:</b>	AMERICANA, NOVA ODESSA
<b>Lei de Criação:</b>	8.432/92
<b>Data de Instalação:</b>	18/03/1994
<b>Data de Instalação do PJE:</b>	05/12/2012
<b>Data da Última Correição:</b>	30/01/2017
<b>Acervo Físico/Acervo Total:</b>	5 %
<b>Acervo PJe/Acervo Total:</b>	95 %



### 1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
CRISTIANE MONTENEGRO RONDELLI	12/11/2010

### Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
24/08/2016 a 07/02/2017	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
08/02/2017 a 09/03/2017	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
10/03/2017 a 18/07/2017	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
17/07/2017 a 15/08/2017	FERIAS
19/07/2017 a 17/08/2017	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
18/08/2017 a 06/02/2018	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO
02/01/2018 a 31/01/2018	FERIAS
07/02/2018 a 14/02/2018	AFASTAMENTO-CURSO DE APERFEICOAMENTO E ESTUDO



## 2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/02/2017 a 14/01/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
CAMILA XIMENES COIMBRA	16/06/2017 a 18/06/2017
CAMILA XIMENES COIMBRA	19/06/2017 a 18/07/2017
CAMILA XIMENES COIMBRA	19/07/2017 a 17/08/2017
CAMILA XIMENES COIMBRA	18/08/2017 a 20/08/2017

**Afastamentos: Não houve**

NOME	PERÍODO
FABIO CAMERA CAPONE	22/01/2018 a 06/02/2018
FABIO CAMERA CAPONE	07/02/2018 a 14/02/2018

**Afastamentos: Não houve**

NOME	PERÍODO
FERNANDA CONSTANTINO DE CAMPOS	07/01/2017 a 07/02/2017

**Afastamentos: Não houve**

NOME	PERÍODO
MARCELO LUIS DE SOUZA FERREIRA	07/01/2017 a 19/12/2017
MARCELO LUIS DE SOUZA FERREIRA	08/01/2018 a 14/02/2018

**Afastamentos:**

PERÍODO	MOTIVO
09/01/2017 a 07/02/2017	FERIAS
19/06/2017 a 18/07/2017	FERIAS
08/01/2018 a 06/02/2018	FERIAS



**2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/02/2017 a 14/01/2018]:**

*(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)*

<b>NOME</b>	<b>PERÍODO</b>
PAULA ARAUJO OLIVEIRA LEVY	08/02/2017 a 09/03/2017
PAULA ARAUJO OLIVEIRA LEVY	10/03/2017 a 12/03/2017

**Afastamentos: Não houve**

<b>NOME</b>	<b>PERÍODO</b>
VILSON ANTONIO PREVIDE	24/08/2016 a 07/02/2017
VILSON ANTONIO PREVIDE	10/03/2017 a 18/07/2017
VILSON ANTONIO PREVIDE	18/08/2017 a 06/02/2018

**Afastamentos: Não houve**



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.1 - Lotação [30/11/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ANA PAULA FERNANDES MESQUINI	TJA	FC-02 ASSISTENTE	08/11/2010
ELDA KESIA DE ALMEIDA	AJA	FC-04 ASSISTENTE TECNICO DE VARA DO TRABALHO	18/01/2010
JOSE CARLOS MERCE	TJA	FC-04 CALCULISTA	01/09/2004
JOSE MATOS DE MEDEIROS NOBREGA	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	25/10/2014
JOSETE AUXILIADORA CAMPOS LARA MENEZES	REQ	FC-02 ASSISTENTE	23/01/2012
JULIO CESAR CANO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	11/12/2012
MARIANA PENACHIONI JERONYMO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	01/04/2013
MARINA LIRA DA SILVEIRA PINTO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	04/05/2015
NATALINA MARIA BORGES XAVIER	REQ	FC-01 EXECUTANTE	04/06/2001
NILZA MISAEL FERREIRA	REQ	FC-01 EXECUTANTE	01/07/1999
RODRIGO GONCALVES DIAS AGOSTINETO	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	22/11/2010
ROGERIA HELENA APARECIDA FRANZINI CORAZZA	REQ	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	08/07/2008
ROSANA MAZUCHI WELSK	REQ	FC-01 EXECUTANTE	07/10/2002
<b>TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO</b>			<b>8</b>
<b>TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO</b>			<b>5</b>



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.2 - Ausências, exceto férias [02/2017 a 11/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
LICENÇA À GESTANTE	120
LICENÇA MÉDICA INDEFERIDA	1
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	25
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	21
LICENÇA PATERNIDADE	5
PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSO	2
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	3
PRORROGAÇÃO DE LICENÇA À GESTANTE	60
PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PATERNIDADE	15
<b>TOTAL</b>	<b>252</b>



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.3 - Estagiários [30/11/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

<b>NOME</b>	<b>ÓRGÃO CONVENIADO</b>	<b>INÍCIO DO ESTÁGIO</b>
CAROLINA DELTREGGIA REIS	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2017
JEISILIANE SUSIELLEM DA SILVA ALVES	MUNICÍPIO DE AMERICANA	01/06/2017
MATEUS FERREIRA PEREIRA	MUNICÍPIO DE AMERICANA	15/05/2017
ROSEANE ALCANTARA SILVA DE PAIVA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2017



### 3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

#### 3.4 - Ações de capacitação [30/11/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
CAMILA XIMENES COIMBRA	18
CRISTIANE MONTENEGRO RONDELLI	40
MARCELO LUIS DE SOUZA FERREIRA	15
VILSON ANTONIO PREVIDE	33

SERVIDORES	HORAS
ANA PAULA FERNANDES MESQUINI	110
ELDA KESIA DE ALMEIDA	80



#### 4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [02/2017 a 11/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
<b>CONHECIMENTO</b>	Aguardando primeira audiência	903	1.648	1.326
	Aguardando encerramento da instrução	1.141	1.077	1.041
	Aguardando prolação de sentença	432	176	425
	Aguardando cumprimento de acordo	568	489	576
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.917	1.744	1.906
	<b>Pendentes de finalização</b>		<b>4.961</b>	<b>5.133</b>
<b>LIQUIDAÇÃO</b>	Pendentes de homologação dos cálculos	408	456	428
	Liquidados pendentes de finalização na fase	265	280	314
	<b>Pendentes de finalização</b>	<b>673</b>	<b>737</b>	<b>742</b>
<b>EXECUÇÃO</b>	Pendente de extinção da execução	821	1.270	879
	Encerrados pendentes de finalização na fase	179	116	98
	<b>Pendentes de finalização</b>	<b>1.000</b>	<b>1.390</b>	<b>978</b>
<b>ARQUIVO</b>	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	0
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	0	35	0
<b>TOTAL</b>		<b>6.634</b>	<b>7.295</b>	<b>6.994</b>

#### CORREIÇÃO ANTERIOR

#### 4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [02/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
<b>CONHECIMENTO</b>	Aguardando primeira audiência	1.032	1.677	1.366
	Aguardando encerramento da instrução	789	1.238	676
	Aguardando prolação de sentença	446	249	445
	Aguardando cumprimento de acordo	576	466	556
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.814	4.969	4.550
	<b>Subtotal</b>		<b>4.657</b>	<b>5.434</b>
<b>LIQUIDAÇÃO</b>	Pendentes de homologação dos cálculos	601	558	548
	Liquidados pendentes de finalização na fase	257	336	431
	<b>Subtotal</b>	<b>858</b>	<b>894</b>	<b>978</b>
<b>EXECUÇÃO</b>	Pendente de extinção da execução	946	1.167	873
	Encerrados pendentes de finalização na fase	46	147	48
	<b>Subtotal</b>	<b>992</b>	<b>1.314</b>	<b>921</b>
<b>ARQUIVO</b>	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	1
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	1	108	1
<b>TOTAL</b>		<b>6.508</b>	<b>7.750</b>	<b>7.004</b>



### 5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [02/2017 a 11/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	567	657	153
Exceções de Incompetência	16	5	13
Antecipações de Tutela	692	709	6
Impugnações à Sentença de Liquidação	80	91	57
Embargos à Execução	237	253	114
Embargos à Arrematação	4	0	2
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	12	14	3
<b>TOTAIS</b>	<b>1.608</b>	<b>1.729</b>	<b>348</b>

### CORREIÇÃO ANTERIOR

### 5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [02/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	707	604	275
Exceções de Incompetência	11	8	9
Antecipações de Tutela	479	530	37
Impugnações à Sentença de Liquidação	133	51	99
Embargos à Execução	268	160	178
Embargos à Arrematação	3	3	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	15	13	6
<b>TOTAIS</b>	<b>1.616</b>	<b>1.369</b>	<b>604</b>



**6 - RECURSOS [02/2017 a 11/2017]:**

(fonte: e-Gestão)

<b>TIPO</b>	<b>NOVOS</b>	<b>COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE</b>	<b>SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE</b>
Recurso Ordinário	1.284	1.208	133
Recurso Adesivo	81	73	12
Agravo de petição	236	221	25
Agravo de Instrumento	64	46	22
<b>TOTAIS</b>	<b>1.665</b>	<b>1.548</b>	<b>192</b>

**CORREIÇÃO ANTERIOR**

**6 - RECURSOS [02/2016 a 12/2016]:**

(fonte: e-Gestão)

<b>TIPO</b>	<b>NOVOS</b>	<b>COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE</b>	<b>SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE</b>
Recurso Ordinário	1.356	1.337	110
Recurso Adesivo	99	83	15
Agravo de petição	100	79	31
Agravo de Instrumento	29	11	15
<b>TOTAIS</b>	<b>1.584</b>	<b>1.510</b>	<b>171</b>



## 7 - PRAZOS MÉDIOS [02/2017 a 11/2017]:

(fonte: e-Gestão)

### 7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	973	161	227	177
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	2.344	286	396	297
<b>Total / Média</b>	<b>3.317</b>	<b>249</b>	<b>352</b>	<b>262</b>

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	886	173	233	187
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.905	299	410	313
<b>Total / Média</b>	<b>2.791</b>	<b>259</b>	<b>362</b>	<b>274</b>

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	494	30	26	30
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.306	60	40	56
<b>Total / Média</b>	<b>1.800</b>	<b>52</b>	<b>37</b>	<b>49</b>

### 7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	190	151	227	139
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	677	178	245	183
<b>Total / Média</b>	<b>867</b>	<b>172</b>	<b>241</b>	<b>173</b>

\*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

### 7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	143	1.812	1.916	1.639
Do início ao encerramento da execução - ente público	78	254	996	568
<b>Total / Média</b>	<b>221</b>	<b>1.262</b>	<b>1.838</b>	<b>1.316</b>

\*Do início até a extinção da execução



## CORREIÇÃO ANTERIOR

### 7 - PRAZOS MÉDIOS [02/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão)

#### 7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	1.068	162	226	162
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	2.386	265	353	277
<b>Total / Média</b>	<b>3.454</b>	<b>233</b>	<b>320</b>	<b>241</b>

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	1.041	185	230	186
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	2.315	337	349	342
<b>Total / Média</b>	<b>3.356</b>	<b>290</b>	<b>317</b>	<b>292</b>

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	562	39	25	43
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	1.600	89	39	78
<b>Total / Média</b>	<b>2.162</b>	<b>76</b>	<b>36</b>	<b>69</b>

#### 7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	212	183	236	165
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	803	226	249	212
<b>Total / Média</b>	<b>1.015</b>	<b>217</b>	<b>246</b>	<b>202</b>

\*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

#### 7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	152	1.902	2.014	1.745
Do início ao encerramento da execução - ente público	11	1.763	1.395	1.703
<b>Total / Média</b>	<b>163</b>	<b>1.892</b>	<b>1.968</b>	<b>1.734</b>

\*Do início até a extinção da execução

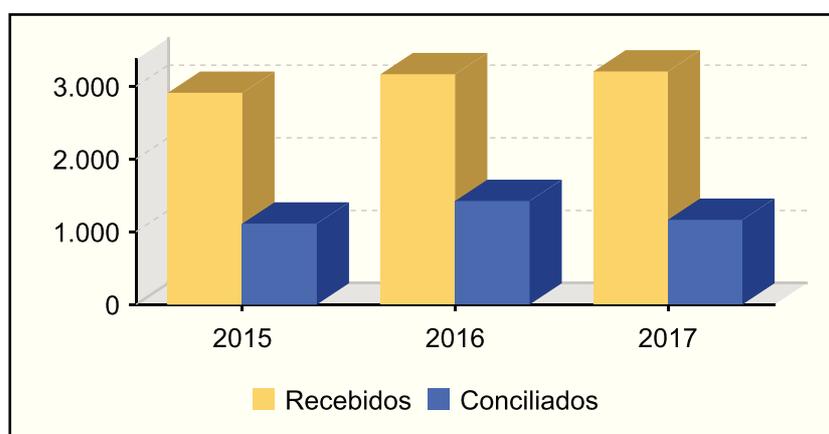


## 8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

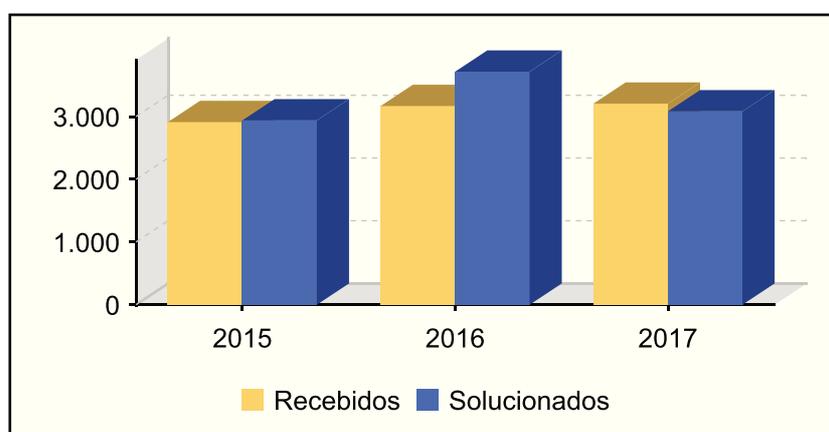
### 8.1 - Índice de conciliações [até 11/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	2.912	1.113	38,22
2016	3.168	1.424	44,95
2017	3.206	1.165	36,34



### 8.2 - Índice de soluções [até 11/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	2.912	2.939	100,93
2016	3.168	3.716	117,30
2017	3.206	3.083	96,16



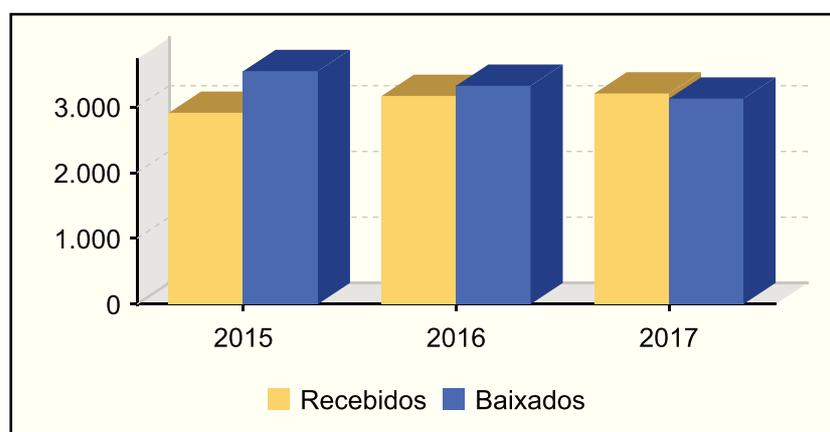


## 8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

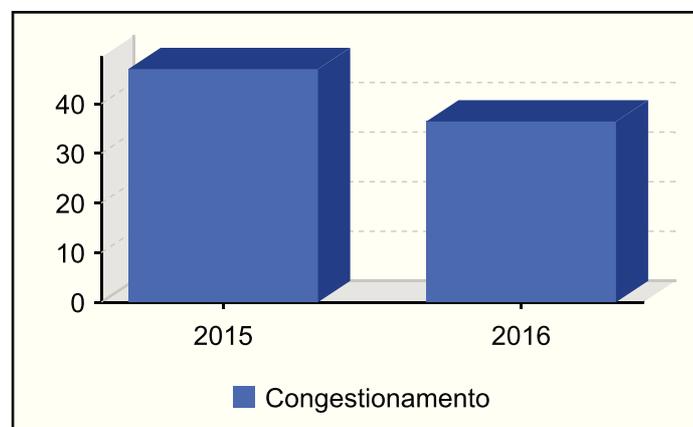
### 8.3 - Índice de baixas [até 11/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	2.912	3.546	121,77
2016	3.168	3.323	104,89
2017	3.206	3.127	97,54



### 8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	2.633	2.912	2.939	47,00
2016	2.678	3.168	3.716	36,44

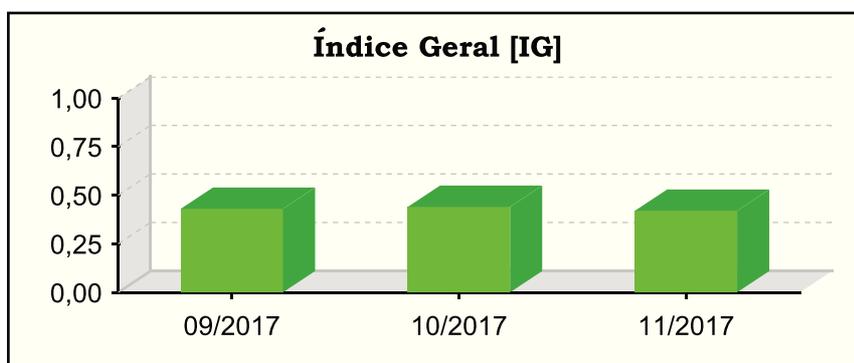
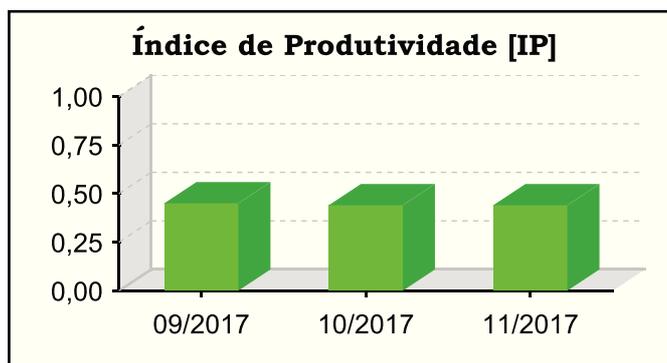
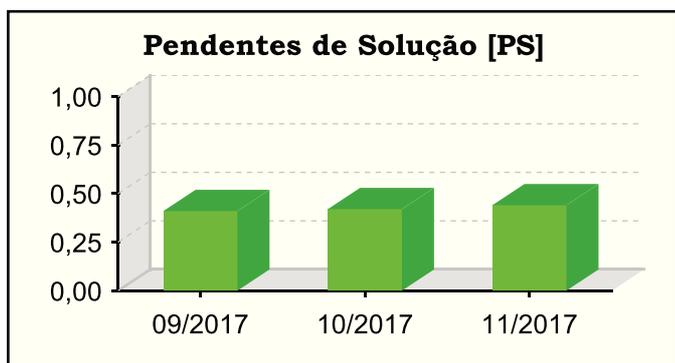
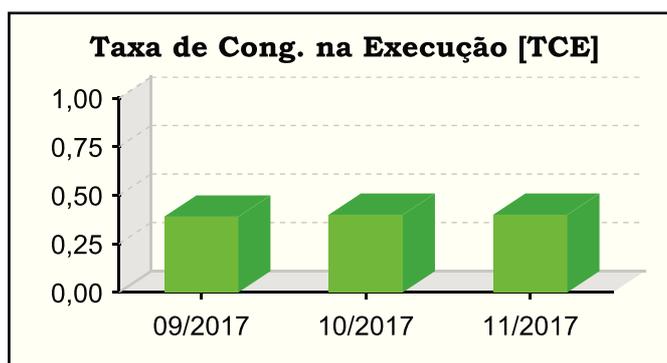
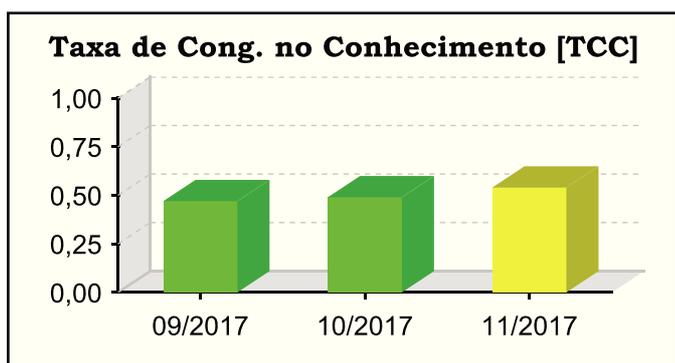




## 9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	PS	IP	IG
09/2017	0,47	0,39	0,41	0,45	0,43
10/2017	0,49	0,40	0,42	0,44	0,44
11/2017	0,54	0,40	0,44	0,44	0,42





### 10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [12/2016 a 11/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.222	101,8	50,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.679	139,9	69,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.901	241,8	120,4
Processos solucionados - sem exame de mérito	356	29,7	14,8
Incidentes Processuais Resolvidos	1.919	159,9	79,6
Dias-Juiz	723	60,3	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	30.758	88,4	49,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	34.806	100,0	55,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	65.564	188,4	105,1
Processos solucionados - sem exame de mérito	10.752	30,9	17,2
Incidentes Processuais Resolvidos	26.945	77,4	43,2
Dias-Juiz	18.714	53,8	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	130.308	71,0	44,5
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	162.358	88,4	55,4
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	292.666	159,4	99,9
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.665	27,1	17,0
Incidentes Processuais Resolvidos	114.399	62,3	39,1
Dias-Juiz	87.879	47,9	---

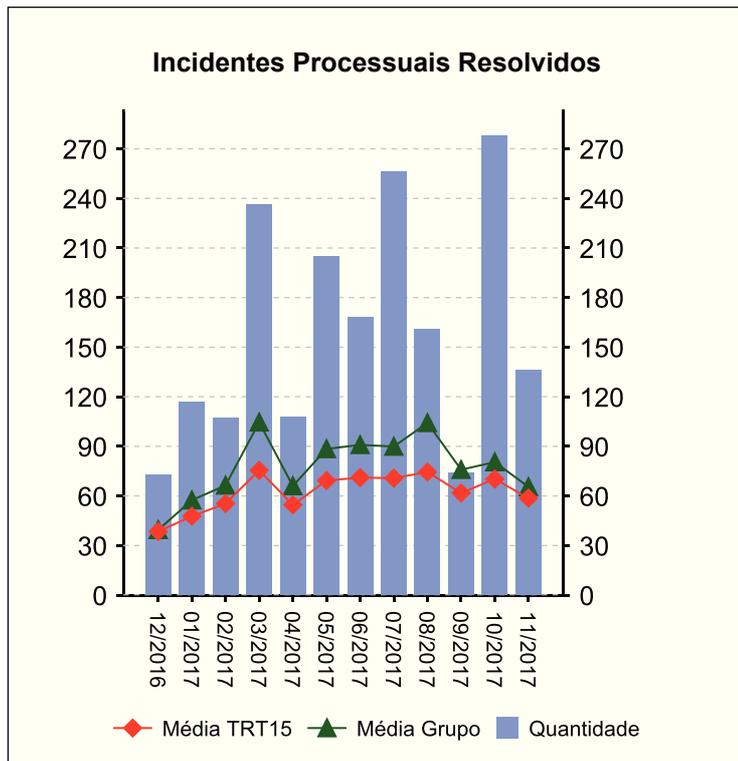
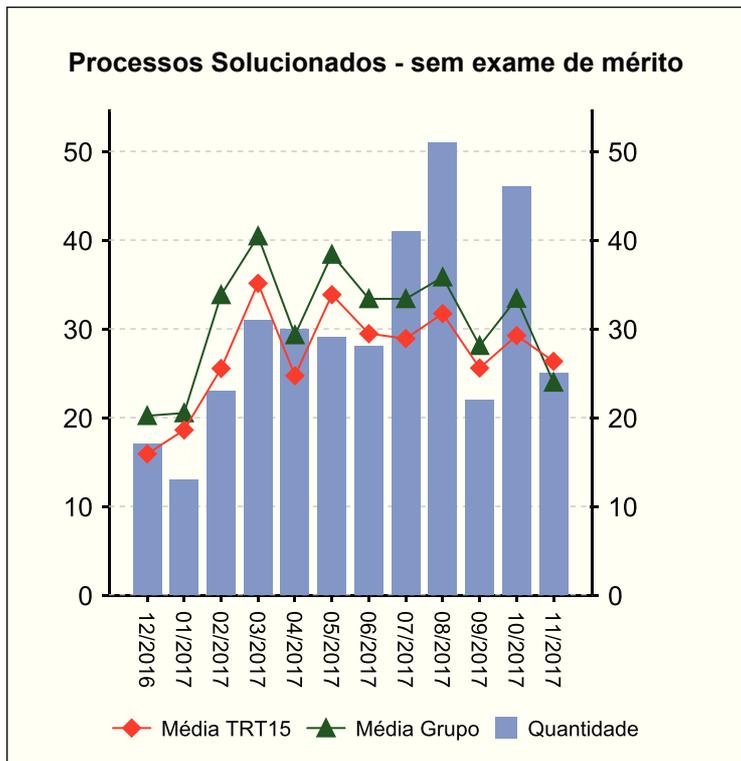
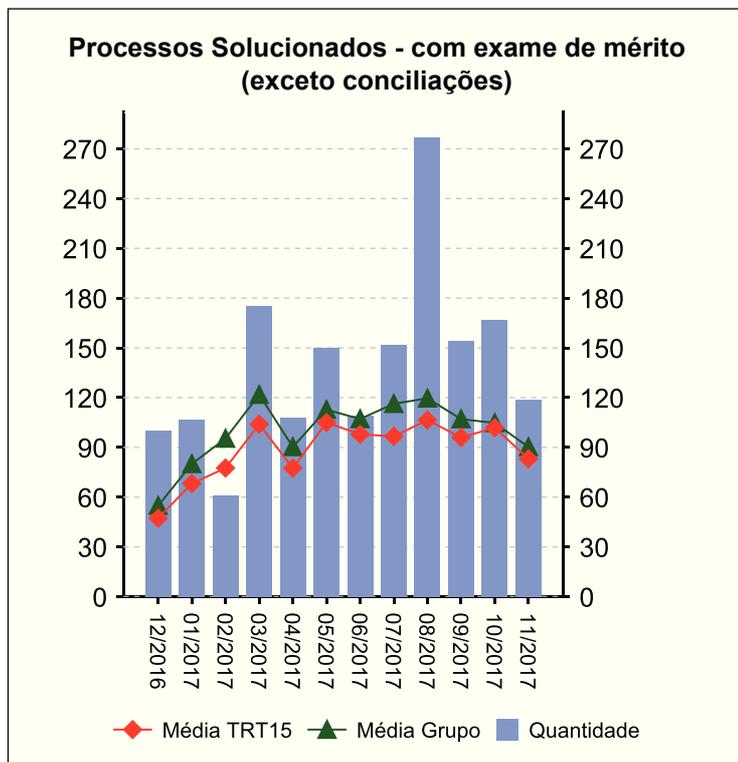
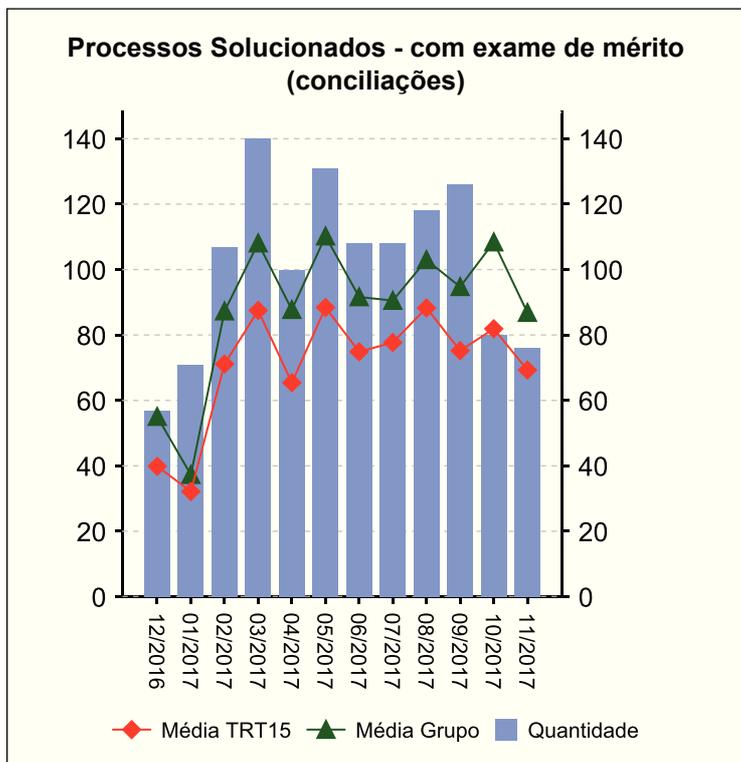
\*Aferição de Resultado Individual Aproximado



### 10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [12/2016 a 11/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

## Resumo - Processos





## 10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[12/2016 a 11/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	913	76,1	37,9
Sessões de audiência realizadas - instrução	905	75,4	37,6
Sessões de audiência realizadas - una	1.623	135,3	67,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	528	44,0	21,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	75	6,3	3,1
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	2.528	210,7	104,9
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	603	50,3	25,0
Dias-Juiz	723	60,3	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	18.714	53,8	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	87.879	47,9	---

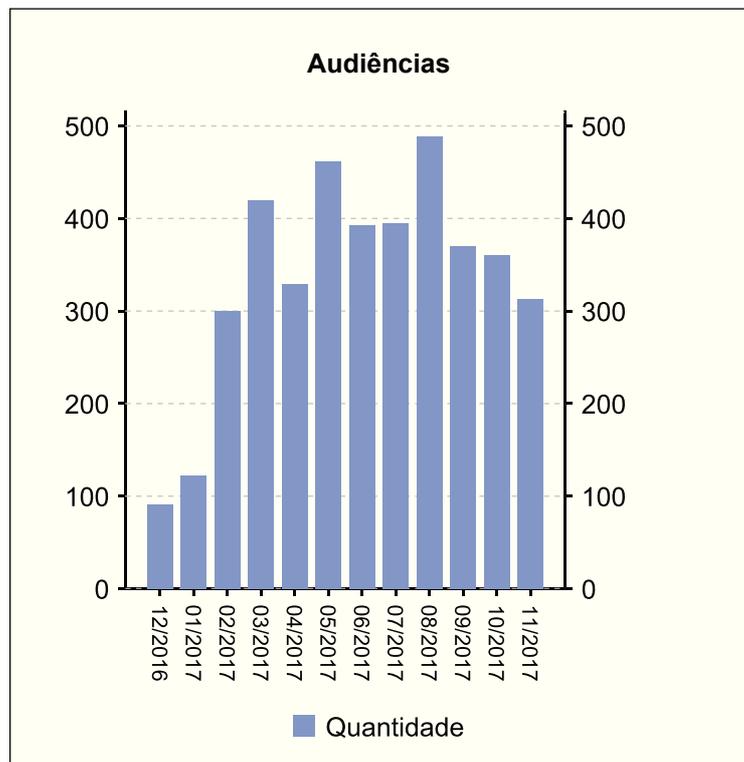


## 10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

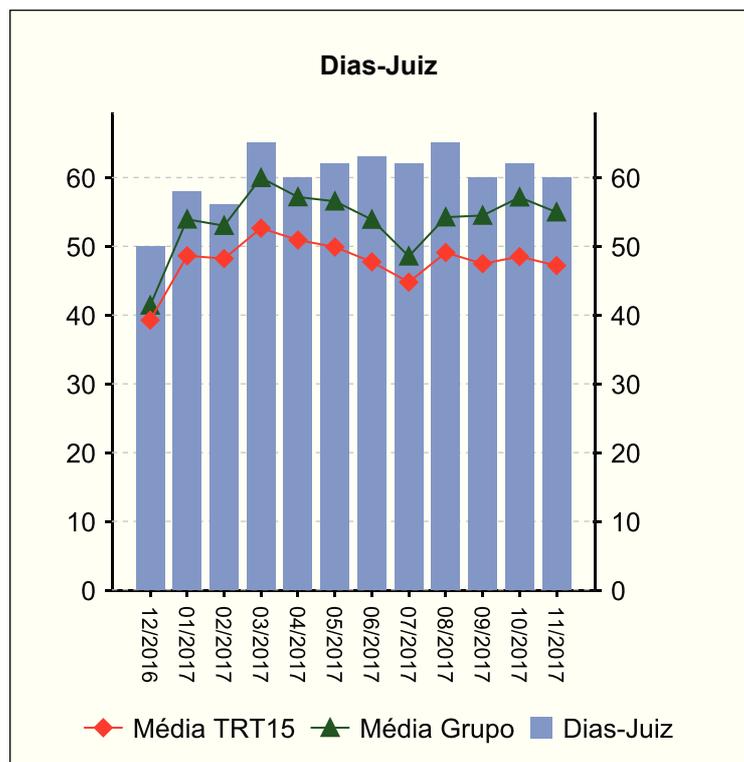
[12/2016 a 11/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

### Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
12/2016	3	0	7	30	51	91
01/2017	11	7	11	35	58	122
02/2017	26	6	52	79	137	300
03/2017	60	11	95	91	163	420
04/2017	59	0	67	66	137	329
05/2017	34	1	155	96	176	462
06/2017	57	3	102	81	150	393
07/2017	49	10	85	88	163	395
08/2017	101	9	129	91	159	489
09/2017	73	10	62	85	140	370
10/2017	23	8	78	92	159	360
11/2017	32	10	70	71	130	313
<b>Total</b>	<b>528</b>	<b>75</b>	<b>913</b>	<b>905</b>	<b>1623</b>	<b>4044</b>



**Dias-Juiz**

Mês/Ano	Qtd
12/2016	50
01/2017	58
02/2017	56
03/2017	65
04/2017	60
05/2017	62
06/2017	63
07/2017	62
08/2017	65
09/2017	60
10/2017	62
11/2017	60
<b>Média Mensal</b>	<b>60,2</b>



## CORREIÇÃO ANTERIOR

### 10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	1.424	118,7	54,0
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.811	150,9	68,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	3.235	269,6	122,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	481	40,1	18,2
Incidentes Processuais Resolvidos	1.430	119,2	54,2
Dias-Juiz	791	65,9	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	31.188	89,6	52,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	31.417	90,3	52,7
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	62.605	179,9	105,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	11.602	33,3	19,5
Incidentes Processuais Resolvidos	21.174	60,8	35,5
Dias-Juiz	17.890	51,4	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	126.805	69,1	45,5
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	134.540	73,3	48,3
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	261.345	142,3	93,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.731	27,1	17,8
Incidentes Processuais Resolvidos	93.541	50,9	33,6
Dias-Juiz	83.634	45,6	---

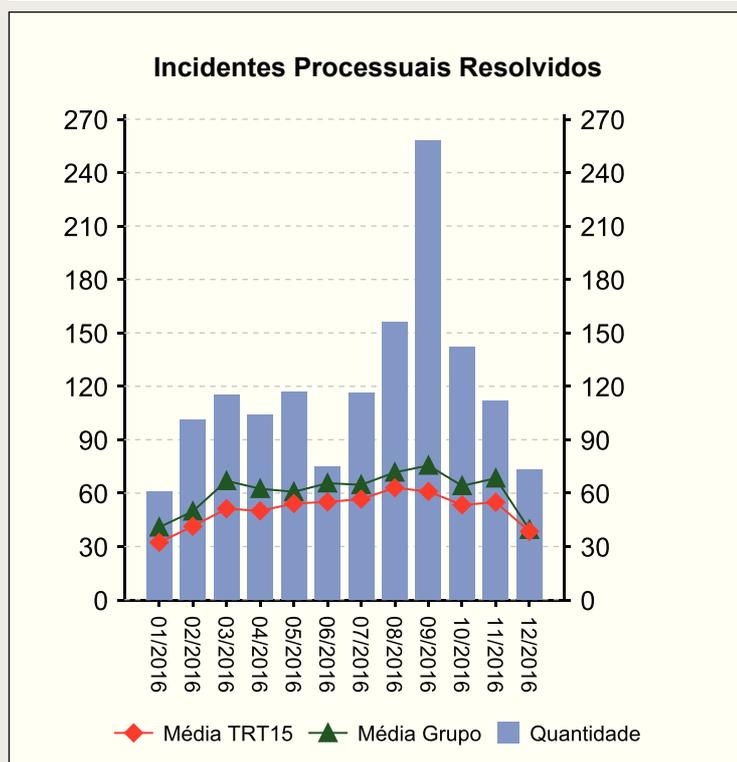
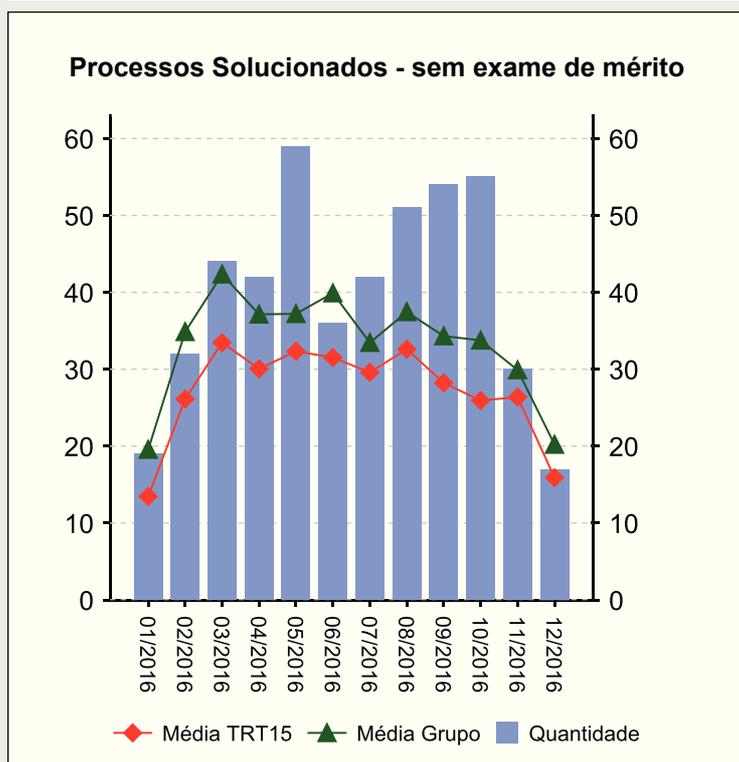
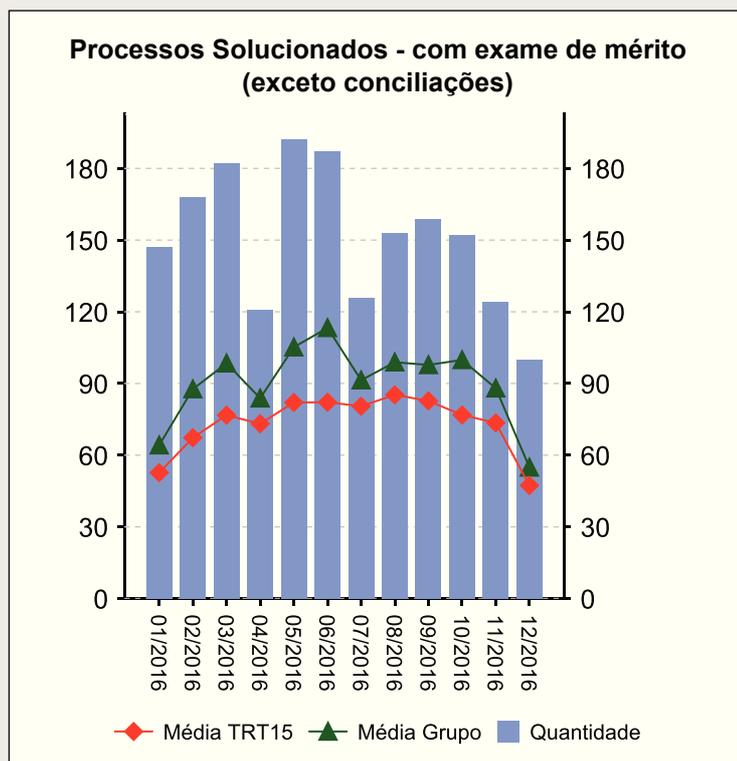
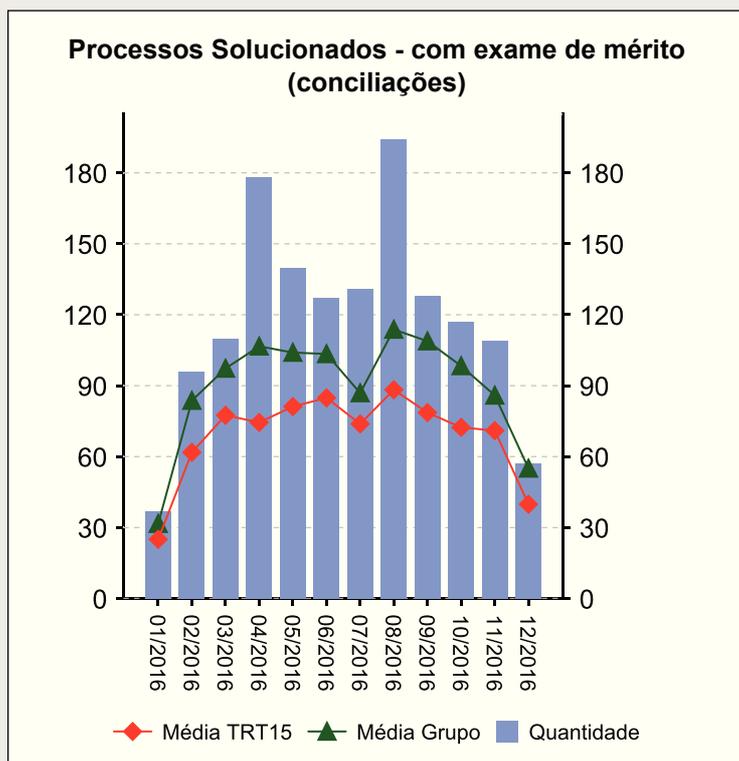
\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

## CORREIÇÃO ANTERIOR

### 10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

## Resumo - Processos





### CORREIÇÃO ANTERIOR

#### 10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	386	32,2	14,6
Sessões de audiência realizadas - instrução	943	78,6	35,8
Sessões de audiência realizadas - una	1.914	159,5	72,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	415	34,6	15,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	108	9,0	4,1
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	2.857	238,1	108,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	523	43,6	19,8
Dias-Juiz	791	65,9	---

\*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	17.890	51,4	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	83.634	45,6	---



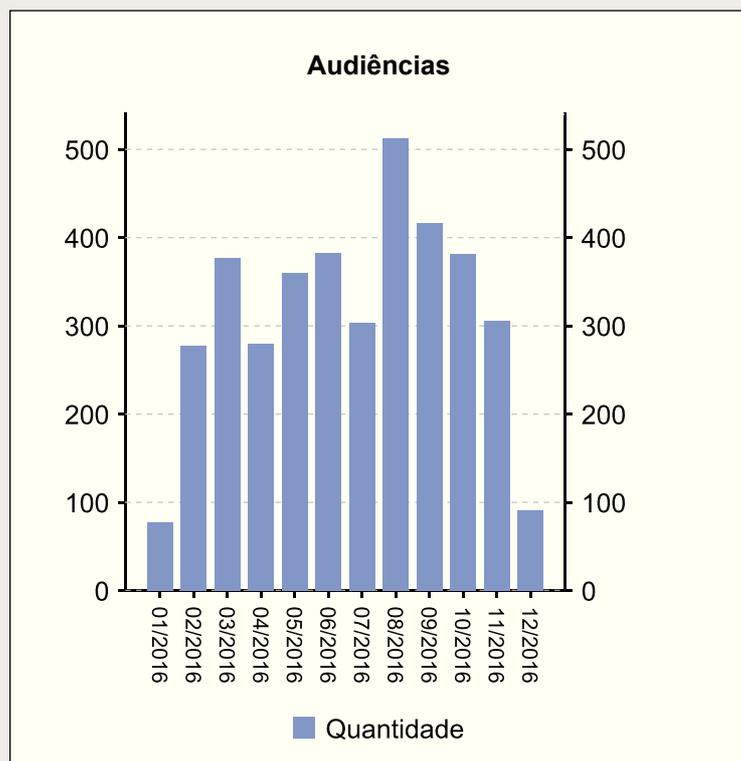
### CORREIÇÃO ANTERIOR

#### 10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

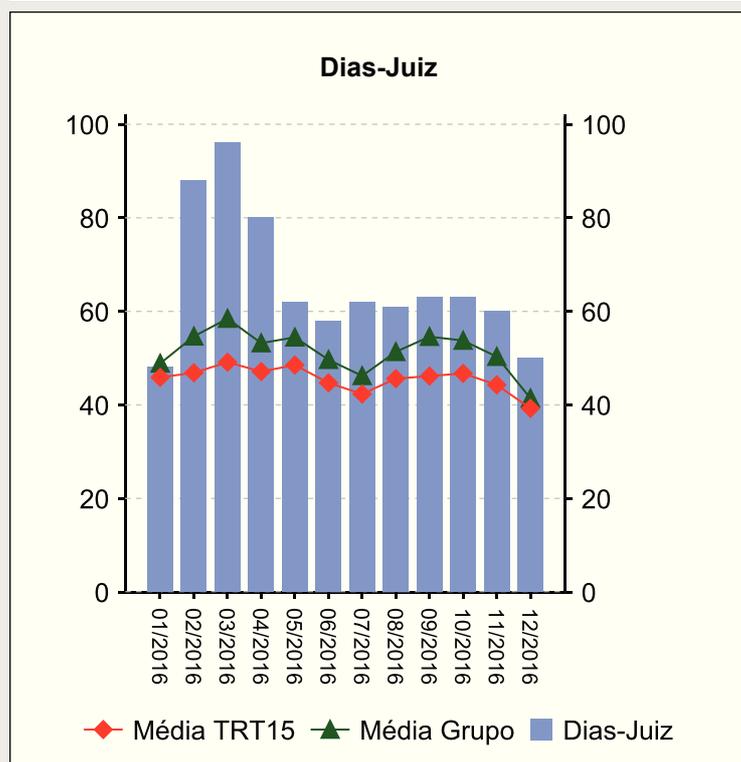
[01/2016 a 12/2016]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

### Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
01/2016	0	0	0	26	52	78
02/2016	14	11	0	77	175	277
03/2016	59	11	0	94	213	377
04/2016	10	7	0	81	182	280
05/2016	66	3	0	93	198	360
06/2016	48	25	0	94	216	383
07/2016	15	4	15	86	183	303
08/2016	67	14	110	115	207	513
09/2016	62	12	106	87	149	416
10/2016	24	7	102	89	160	382
11/2016	47	14	46	71	128	306
12/2016	3	0	7	30	51	91
<b>Total</b>	<b>415</b>	<b>108</b>	<b>386</b>	<b>943</b>	<b>1914</b>	<b>3766</b>



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
01/2016	48
02/2016	88
03/2016	96
04/2016	80
05/2016	62
06/2016	58
07/2016	62
08/2016	61
09/2016	63
10/2016	63
11/2016	60
12/2016	50
<b>Média Mensal</b>	<b>65,9</b>



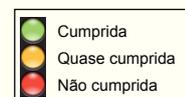
## 11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

### Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

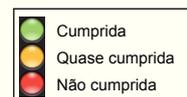
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
3206	3083	3031	0	291	280	100 %



### Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

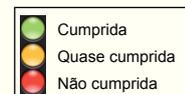
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2912	2621	2917	0	280	62	22 %	100 %



### Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
1024	1192	942	0	93	108	100 %





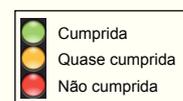
## 11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

### Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

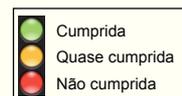
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
19	17	1.62	1	95 % 



### Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
296	265	284	100 % 





**12 - ARRECAÇÃO [02/2017 a 11/2017]:**

*(fonte: e-Gestão)*

<b>CUSTAS</b>	<b>IMPOSTO DE RENDA</b>	<b>EMOLUMENTOS</b>	<b>CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA</b>
R\$ 113.076,70	R\$ 4.050,86	R\$ 670.064,91	R\$ 512.278,63



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**



**13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 11/2017]:**

*(fonte: e-Gestão)*

<b>ANO</b>	<b>PROCESSOS</b>
2013	12
2014	34
2015	90
2016	433
2017	1907



## **14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:**

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
3539	11	2	13	0

*Fonte: Portaria GP nº 39/2017*

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 39/2017, de 26/06/2017, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 12 servidores está abaixo dos parâmetros fixados na referida Portaria.

Verifica-se também que a Unidade conta com 1 assistente de Juiz, conforme informado.

## **15 – ACERVO DA UNIDADE:**

### **15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:**

*(fonte: informação da Unidade em 15/1/2018)*

<b>SAP</b>		<b>PJe</b>	
Data de corte:	01/12 /2017	Data de corte:	01/12/2017
Saldo:	40	Saldo:	20
Data do mais antigo:	15/11/2017	Data do mais antigo:	29/11/2017 (carga vencida)
		<b>Total:</b>	<b>60</b>

### **15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:**



O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral de 0,42, índice este que teve variação positiva nos últimos meses (0,49 em 04/2017).

Houve, porém, a elevação nos últimos meses da TCC – taxa de congestionamento no conhecimento, de 0,49 em 04/2017 para 0,54 em 11/2017, o que inspira maior atenção do gestor a esta fase processual.

Inversamente, a TCE- taxa de congestionamento na execução, no mesmo período apresentou melhora (de 0,50 em 04/2017 a 0,40 em 11/2017), assim como a variável Acervo (de 0,63 em 04/2017 a 0,57 em 11/2017) e a variável do Prazo Médio do Início ao Encerramento da Liquidação (0,42 em 04/2017 a 0,36 em 11/2017).

Esses índices já demonstram o empenho dos gestores na condução dos processos judiciais e dos processos de trabalho. Além disso, como registrado no item anterior, não há saldo expressivo de processos sem tramitação há mais de 30 dias.

## **16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):**

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

**16.1** – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0011683-35.2013.5.15.0099 0012295-65.2016.5.15.0099 e 0010254-91.2017.5.15.0099.

**16.2** – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta



liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0010302-55.2014.5.15.0099, 0010104-18.2014.5.15.0099 e 0013053-78.2015.5.15.0099.

**16.3** – determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, além disso a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

**16.4** – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 24/1/2018, verificou-se a existência de 724 protocolos nos últimos 12 meses, não havendo pendências e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0010256-61.2017.5.15.0099, 0011542-11.2016.5.15.0099 e 0012513-93.2016.5.15.0099.

**16.5** – designa audiências em 4 dias da semana;

**16.6** – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 75 no período de 12/2016 a 11/2017;

**16.7** – não exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC. Quanto ao SIMBA – Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias, verificou-se ausência de cadastro dos Magistrados.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da vara do trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

## **17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:**



A Unidade apresenta índice de 0,44 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a 2ª Vara do Trabalho de Americana apresenta 44% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 60,3 dias-juiz nos últimos doze meses, superior à média do grupo (53,8).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 50,7 processos solucionados por meio de conciliações, ligeiramente superior à média de referido grupo (RARIA 49,2). Por outro lado, excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 69,7, superando a média do grupo, de 55,7 (RARIA). Esse resultado elevou a média total de solucionados com exame de mérito, de 120,4 (RARIA) na Unidade, enquanto o grupo teve média de 120,0 (RARIA) no mesmo período.

No entanto, em que pesem os bons resultados aqui reconhecidos, destaca-se a necessidade de manter os esforços para pleno alcance das Metas Nacionais, já que no último ano não foram integralmente atingidas.

## **18 – AUDIÊNCIAS**

Conforme informado pelo gestor da Unidade, há audiências agendadas com regularidade até:

<b>TIPO</b>			
	<b>DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ</b>	<b>QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO</b>	<b>PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)</b>



<b>INICIAIS/ Ord:</b>	5/4/2018	-	81
<b>INICIAIS/ Sum:</b>	4/4/2018	-	80
<b>UNAS/ Ord:</b>	9/5/2018	-	115
<b>UNAS/Sum:</b>	7/5/2018	-	113
<b>INSTRUÇÕES/Ord</b>	19/7/2018	-	186
<b>INSTRUÇÕES/Su</b>	19/7/2018	-	186
<b>m:</b>			
<b>CONCILIAÇÃO:</b>	-	15	-
<b>MEDIAÇÃO:</b>	-	-	-

Obs. Foi informado pela Unidade que processos cuja instrução dependa de prova pericial são incluídos de pauta, ocorrendo a primeira audiência antes da realização da perícia. Havendo, necessidade de cindir a audiência para produção de provas, há dois procedimentos distintos. O juiz auxiliar fixo designa audiência de instrução no mesmo ato, mas o juiz substituto da juíza titular não.

Foi informado pela Unidade que a pauta no PJe é automatizada. Porém, é utilizado o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos para eventual retirada de pauta. A Unidade não inclui feitos que envolvam órgãos públicos em pauta.

## 18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS (fonte: Vara do Trabalho)

### 18.1.1 – JUIZ SUBSTITUTO

DIA							
	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	10	-	4	-	-	14
terça	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	-
quarta	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	10	4	-	-	14
quinta	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	10	-	4	-	-	14
sexta	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	-

### 18.1.2 – JUIZ SUBSTITUTO AUXILIAR



		DIA					
	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	-
terça	manhã	10	-	4	-	-	14
	tarde	-	-	-	-	-	-
quarta	manhã	10	-	4	-	-	14
	tarde	-	-	-	-	-	-
quinta	manhã	-	10	4	-	-	14
	tarde	-	-	-	-	-	-
sexta	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	-	-	-	-	-

### 18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando que são incluídos os Processos de Rito de Alçada e de Rito Sumaríssimo.

Incluem, também, em média, 15 processos por mês da fase de conhecimento e 15 da fase de execução. Tais mediações são feitas por servidor mediador e nestas ocasiões o Juiz se faz presente na Unidade.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios. Assim, em estímulo às práticas já verificadas e pela busca de outras novas, a Corregedoria Regional registra elogio à Unidade.

### 18.3 – ANÁLISE:



O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 249 dias, menor que o de seu grupo (352 dias) e que o do Fórum (262 dias).

Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo é de 161 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 286 dias.

Além disso, como indicado no item 4, no período observado o saldo de processos aguardando encerramento da instrução é de 1141, quantidade sensivelmente maior que a média de seu grupo e maior que a do Fórum.

Verificou-se que a Unidade realizou 4044 audiências, das quais 913 foram do tipo inicial, 905 de instrução, 1623 unas, 75 de conciliações na execução, 528 de conciliação no conhecimento. Além disso, há audiências iniciais agendadas até 5/4/2018, UNA até 9/5/2018 e de instrução até 19/7/2018.

Determina-se, outrossim, que se estude a viabilidade de implementar a adoção das boas práticas abaixo descritas, já utilizadas em outras unidades deste Tribunal, como São Sebastião e Itapira, com objetivo de otimizar as pautas e conferir maior celeridade à tramitação dos feitos, especialmente na fase de conhecimento.

A prática consiste em designar audiência de “Mediação/INI”, para a qual as partes são intimadas, sendo a ré para que apresente a defesa, esclarecendo não ser necessário o comparecimento de testemunhas, mas já predefinindo os efeitos da ausência da parte (arquivamento ou revelia) e, se infrutífero o acordo, as partes saem cientes da designação de perícia, nos casos de processos que necessitam de prova pericial. Busca-se a solução consensual, entretanto, caso não seja obtida, designa-se audiência de instrução, caso as partes insistam na necessidade de produção de prova oral.

A Corregedoria sugere que todos os feitos que aguardam encerramento da instrução – ainda que se aguarde a realização de prova pericial, por exemplo – sejam incluídos em pauta, nada obstante, eventual entendimento do Juízo de que não é necessária a audiência para a produção de provas. Tal procedimento permite que o quadro de audiências instrutórias reflita a real situação da Unidade e, conseqüentemente, a tomada de medidas adequadas pelo Juízo.



## 19 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 22/1/2018 e 23/1/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM		
PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
<b>1</b> <b>0012772- 88.2016.5.15.0099</b>	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos pendências. Acordo homologado e pago no ato. O vencimento do pagamento dos honorários assistenciais deu-se em 5/12/2016, sem notícia de inadimplemento. Há outros processos em situação semelhante.	Verificar a possibilidade de arquivamento ou eventuais pendências. Intensificar a gestão para que as subcaixas reflitam os prazos efetivamente aguardados.
<b>2</b> <b>0012703- 90.2015.5.15.0002</b>	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando final do sobrestamento". Em audiência realizada em 11/8/2016 foi determinada a suspensão do processo por 180 dias diante da pendência de julgamento de processo previdenciário na Justiça Federal. Decorrido o prazo, a reclamante deixou de requerer nova dilação e não houve qualquer tramitação. Há outros processos em situação semelhante.	Verificar a possibilidade de tramitar o feito.
<b>3</b> <b>0010420- 26.2017.5.15.0099</b>	Processo eletrônico na tarefa "Concluso ao magistrado" desde 11/1/2018, sem movimento de ausência de tramitação efetiva, conclusão ao magistrado. O mesmo ocorre com 106 processos da mesma tarefa da fase de liquidação. Há outros 17 processos na mesma situação, inclusive na tarefa "minutar despacho", a exemplo do processo 0012377-62.2017.5.15.0099. Situação semelhante ocorre nas tarefas "Minutar Despacho - Conversão em diligência e Minutar expediente da secretaria" (todas as fases) tanto na fase de conhecimento, como na liquidação (processo 0012770-55.2015.5.15.0099) e na fase de execução (0220700-53.2009.5.15.0099). Verificou-se, também, processo parado na tarefa "Minutar Decisão - Exec".	A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a necessidade de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Tramitar o processo imediatamente, vinculando o magistrado responsável para a análise.
<b>4</b> <b>0011599- 92.2017.5.15.0099</b>	Processo eletrônico na tarefa "Controle de perícia".	Determina-se intensificação de gestão dos prazos concedidos aos



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL



		médica foi designada para peritos, bem como contato com o 25/10/2017. O laudo ainda não foi perito nomeado para observância juntado aos autos e não houve prazos. Ressalta-se a importância da correta gestão dos prazos nas subcaixas indicativas de prazos. Há outros processos em situação semelhante, inclusive na tarefa "Aguardando laudo pericial" da fase de liquidação, a exemplo do processo 0012508-76.2013.5.15.0099 cuja perícia estava agendada para 18/07/2017. Situação semelhante ocorre na fase de execução (0012315-22.2017.5.15.0099).	
5	0012592-72.2016.5.15.0099	Processo eletrônico na tarefa "Cumprimento de providências - 2017_12_dezembro". Acordo apresentado em 12/9/2017, com vencimento da última parcela em 27/11/2017, sem notícia de inadimplemento. Há outros processos pendentes na tarefa. Casos semelhantes foram encontrados na mesma tarefa da fase de liquidação.	Verificar a possibilidade de arquivamento ou eventuais pendências.
6	0013091-22.2017.5.15.0099	Processo eletrônico na tarefa "Escolher tipo de sobrestamento ou suspensão". Situação análoga ocorre na mesma tarefa, porém na fase de execução (0010013-93.2012.5.15.0099).	Tramitar o processo, escolhendo o tipo de sobrestamento. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
7	0012655-97.2016.5.15.0099	Processo eletrônico na tarefa "Intimações automáticas com pendências - Con" desde 27/11/2017. Em 9/11/2017 o processo foi enviado para notificação das partes pelo diário eletrônico, mas, no entanto, uma das reclamadas não tem advogado cadastrado, o que impede a notificação. Há outros processos em situação semelhante, também na fase de liquidação.	Tramitar o processo. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.
8	0011231-83.2017.5.15.0099	Processo eletrônico na tarefa "Preparar ato de comunicação" desde 27/11/2017. A sentença foi prolatada em 16/10/2017, sem que tenha havido sua disponibilização às partes. Há outros processos em situação semelhante, inclusive nas tarefas " Publicar DJE - AC (5 processos), Publicar DJe - Con (551 processos) e Publicar DJe (33 processos)". Há casos semelhantes na fase de liquidação.	"Tramitar o processo. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012. Ressalva-se que nos feitos que aguardam audiência podem permanecer nas subcaixas para controle de prazos.
9	0012345-91.2016.5.15.0099	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando audiência - Liq" audiência designada.	Tramitar o processo, enviando-o para a tarefa correta.
10	0001689-51.2011.5.15.0099	Processo eletrônico na tarefa "Aguardando final do sobrestamento" (fase de execução)	Verificar a possibilidade de baixa, com arquivamento do feito, como determinado.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**



		desde 24/5/2017 quando foi determinando a habilitação dos créditos em processo que tramita na 7ª VT de Campinas com posterior arquivamento. Processo pendente na tarefa, sem tramitação desde então.	
<b>11</b>	<b>0126900-39.2007.5.15.0099</b>	Processo físico na variável 342 do E-gestão (Processos pendentes de finalização – fase de conhecimento), com última ocorrência “RMA -Remetido ao Arquivo” desde 14/5/2012.	Sanear as inconsistências, regularizando os lançamentos processuais para baixa do processo.
<b>12</b>	<b>0155000-04.2007.5.15.0099</b>	Processo físico na variável 346 do E-gestão (processos pendentes de finalização – fase de liquidação), com última ocorrência “RMT -Remessa ao E. TRT da 15ª Região para processar recurso” desde 25/11/2016.	Sanear as inconsistências, regularizando os lançamentos processuais, pela transparência ao acompanhamento processual.
<b>13</b>	<b>0243500-17.2005.5.15.0099</b>	Processo físico na variável 353 do E-gestão (Processos pendentes de finalização – fase de execução), com última ocorrência “RMT -Remessa ao E. TRT da 15ª Região para processar recurso” desde 14/4/2015.	Sanear as inconsistências, regularizando os lançamentos processuais, pela transparência ao acompanhamento processual.
<b>14</b>	<b>0241500-10.2006.5.15.0099</b>	Processo físico na variável 117 do E-gestão (Embargos de declaração pendentes), com última ocorrência em 12/9/2017: PAN -Conclusos Para Decisão – Embargos À Execução Ao Juiz Marcelo Luis de Souza Ferreira e CGJ -Em carga com Juiz Marcelo Luís De Souza Ferreira.	Sanear as inconsistências, regularizando os lançamentos processuais, pela transparência ao acompanhamento processual.
<b>15</b>	<b>0179200-07.2009.5.15.0099</b>	Processo físico na variável 144 do E-gestão (Impugnações à sentença de liquidação pendentes), com última ocorrência em 7/8/2017 - Pan -Conclusos Para Decisão - Embargos À Execução Ao Juiz Vilson Antonio Previde E Cgj -Em Carga Com Juiz Vilson Antonio Previde.	Sanear as inconsistências, regularizando os lançamentos processuais, pela transparência ao acompanhamento processual.
<b>16</b>	<b>0034100-21.2009.5.15.0099</b>	Processo físico na variável 150 do E-gestão (Embargos à execução pendentes), com última ocorrência em 11/12/2017 – PJE - Migrado ao Processamento Eletrônico.	Sanear as inconsistências, regularizando os lançamentos processuais, pela transparência ao acompanhamento processual.
<b>17</b>	<b>0080100-21.2005.5.15.0099</b>	Processo físico nas variáveis 150 e 156 do E-gestão (Embargos à execução pendentes e Embargos à arrematação pendentes, com última ocorrência em 9/3/2017 – PAN -Conclusos para decisão – embargos à execução ao Juiz Marcelo Luis de Souza Ferreira e CGJ -Em carga com Juiz Marcelo Luís de Souza Ferreira.	Sanear as inconsistências, regularizando os lançamentos processuais, pela transparência ao acompanhamento processual.
<b>18</b>	<b>0002274-06.2011.5.15.0099</b>	Processo físico no Andamento DES - despacho desde 28/11/2017. Há	Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua



		outros processos em situação semelhante.	análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas.
19	0001392-10.2012.5.15.0099	Processo físico no Andamento ROJ – remetido ao oficial de justiça desde 17/11/2017.	Tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas.
20	0011899-54.2017.5.15.0099	Processo eletrônico. Incidente processual pendente no e-gestão (Embargos de Declaração Pendentes com o Juiz). Em 20/10/2017 - Conclusos os autos para decisão dos Embargos de Declaração a Marcelo Luís De Souza Ferreira. Há outros 121 processos com Embargos de Declaração pendentes.	Sanear inconsistências.
21	0010901-23.2016.5.15.0099	Processo eletrônico. Incidente processual pendente no e-gestão (Exceções de Incompetência Pendentes). Exceção apresentada em 04/07/2016. A decisão que não acolheu à exceção foi feita em 18/1/2017 por despacho, quando deveria ter sido feita por decisão. Há outros 5 processos com Exceções de Incompetência pendentes.	Sanear inconsistências.
22	0010177-53.2015.5.15.0099	Processo eletrônico. Incidente processual pendente no e-gestão (Embargos à Execução Pendentes). Embargos apresentados em 14/06/2017. Em 11/7/2107 o autor foi intimado para se manifestar acerca dos embargos em 5 dias para posterior conclusão a julgamento. Prazo vencido em 24/7/2017 sem tramitação posterior. Há outros 65 processos com Embargos à Execução pendentes.	Sanear inconsistências.

## 20 – CONSTATAÇÕES:

Em reunião com todos os Servidores da Secretaria, Magistrados atuando na Unidade e respectivos Assistentes de Juiz, foram apresentados os principais índices da Unidade, comparativamente aos índices apresentados na Correição anterior



(2017).

A Unidade conta com cinco estagiários, sendo três contratados pelo Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, entre eles Caroline Teixeira Rodrigues, não relacionada no item 3.3 desta ata e dois pelo Município de Americana. Sugeriu-se, na existência de vagas, a contratação de estagiários das áreas de ciências econômicas e contábeis para auxílio nas fases de liquidação e execução.

Informaram que não mais faz parte da lotação da 2ª Vara do Trabalho de Americana, o Servidor José Matos de Medeiros Nóbrega, aposentado, bem como que passou a integrar o quadro a Servidora Camila dos Santos Zanetti, que não constou do item 3.1 desta ata.

Ressaltou-se, nos casos de designação de perícia técnica para liquidação de sentença, a possibilidade de nomeação, não só de perito contábil, mas também profissionais de economia.

No que diz respeito aos acordos extrajudiciais, esclareceu, o Exmo. Juiz Substituto, na substituição da Juíza Titular que são analisados caso a caso a fim de se preservar direitos do reclamante.

### **20.1 – Reunião com o Trio Gerencial**

Preliminarmente, informaram que não há servidores atuando em teletrabalho. Esclareceram que o servidor José Alaor Cardoso de Oliveira, Assistente da Exma. Juíza Titular, Dra. Cristiane Montenegro Rondelli, está atuando na Secretaria.

Quanto aos processos mais antigos na Unidade, especialmente os processos da Meta 2, informaram que o processo relativo ao ano de 2011, ainda pendente de julgamento, se encontra aguardando prolação de sentença, assim como vários processos do ano de 2013.

Constatou-se que não estão sendo lançados valores decorrentes de acordos homologados, pagamentos espontâneos, bem assim os valores arrecadados de previdência social, imposto de renda e custas. Ressaltou-se que as mais recentes alterações do Pje, disponibilizam o lançamento desses valores, devendo ser procedidos no momento do recolhimento.



Também se verificou a existência de inconsistências nos lançamentos de incidentes processuais, a exemplo o processo 0012398-42.2014, com vários registros da mesma exceção de incompetência. Para a correção deste e de processos na mesma situação, orientou-se alterarem o tipo de petição, para as peças repetidas ou registrar decisão para correção do fluxo.

Observou-se que além do cadastramento indevido de petições (incidentes e recursos), por parte dos advogados, há elevado número de petições inespecíficas (peticionamento em pdf, manifestação, etc.). Informou, o Diretor de Secretaria, que enviou comunicado à OAB com as orientações. Sugeriu-se reunião com os advogados que atuam no Fórum objetivando o saneamento das ocorrências que dificultam a gestão (petições inespecíficas) e impactam na estatística da Unidade (recursos e incidentes cadastrados em duplicidade ou indevidamente).

Apurou-se que 84% dos processos da fase de conhecimento não dependem de tramitação imediata da Secretaria, tratando-se de processos que aguardam providências de Instâncias Superiores, das partes e terceiros.

Foi determinado aos servidores a não paralisação de processos em caixas de tarefas intermediárias, como exemplo “conclusos ao magistrado”, “minutar despacho”, “preparar ato de comunicação”, “intimações automáticas com pendências” e “publicar DJE”, devendo ser os processos destinados ao objetivo imediatamente; a criação de subcaixas de quinzena nas tarefas “aguardando final de sobrestamento” e “controle de perícia”; e a não utilização de prazo “zero” das notificações.

Nas notificações e expedientes com prazo “zero”, que não sairão da tarefa “aguardando término dos prazos”, automaticamente, para a tarefa “prazos vencidos”, a Unidade deverá proceder ao vencimento manual do prazo, cuidando, ainda de fechar o prazo em aberto (aba “expedientes”). Ressaltou-se que desde a versão 1.15 do Pje exige a colocação de prazos válidos, resolvendo o problema do lançamento indevido.

Nos processos que dependem da realização de prova pericial, é designada audiência inicial, com nomeação de perito, data, horário e lugar na audiência, concedendo-se às partes o prazo de 10 dias para apresentação de quesitos e assistentes técnicos. Após a entrega do laudo, as partes poderão apresentar



impugnação no prazo comum de 10 dias e em seguida o perito acessa os autos para prestar esclarecimento, também no prazo de 10 dias, independentemente de intimação e vista às partes por mais 10 dias, também independente de notificação. Depósitos dos honorários prévios diretamente na conta do perito. A audiência em prosseguimento é designada na mesma audiência.

Sugeriu-se a critério do Juiz, a designação de audiência de mediação/Ini, conforme acima descrita e inconciliadas as partes, a troca de informações entre partes e perito, com prazos pré-estabelecidos, vindo o laudo nos processos já com as impugnações e esclarecimentos. Sugeriu-se ainda, a designação de nova audiência de mediação após a entrega do laudo, sem prejuízo da audiência de instrução, marcada no momento da designação da perícia. Conciliadas as partes, a vaga da audiência de instrução é aproveitada para outro processo.

Informaram que não há servidores capacitados pela Escola Judicial como mediadores, sendo que o único servidor qualificado se aposentou em 8/01/2018 e que tanto as audiências de mediação na fase de conhecimento como nas fases de liquidação e execução são realizadas na Coordenadoria Integrada de Atividades Administrativas, Judiciais e Central de Mandados – CIA de Americana.

Orientou-se para a indicação de servidor com perfil para atuar como mediador, recebendo orientações e dicas dos servidores que atuam na CIA, até que seja possível a capacitação pela Escola Judicial.

Apurou-se a existência de 35 processos na tarefa “minutar sentença”, o mais antigo de 19/4/2017, destinados à Exma. Juíza Substituta, Dra. Andreia Nogueira Rosilho de Lima; 04 processos, o mais antigo de 26/7/2017, destinados à Exma. Juíza Substituta, Dra. Cristiane Helena Pontes; e 05 processos, o mais antigo de 26/7/2017, destinados à Exma. Juíza Substituta Flávia Farias de Arruda Corseuil.

Além disso, verificou-se a existência de 05 processos na tarefa “Minutar Decisão – Exec – ED-EE”, o mais antigo de 28/7/2017 e 46 processos na tarefa “Minutar Sentença – Exec”, o mais antigo de 11/7/2017, todos destinados ao Exmo. Juiz Substituto Marcelo Luís de Souza Ferreira.

Esclarece-se que já foram abertos pela Corregedoria, Pedidos de Providências em face dos Juizes com atraso na devolução dos processos, não sendo o caso da Exma. Juíza Flávia Farias Arruda Corseuil, em licença maternidade.



Para início da liquidação, o Juízo concede 10 dias para a reclamada apresentar seus cálculos e após, intima a parte reclamante para manifestação também em dez dias. A Secretaria mantém relação das empresas que pagam ao serem intimadas para apresentação dos cálculos e intima essas empresas para depósito do valor reconhecido como devido no mesmo prazo da apresentação de cálculos.

Em outros casos, há nomeação de perito contábil para elaboração da conta no prazo de 30 dias. Após a entrega do laudo, é concedido o prazo de oito dias para manifestação das partes e após são homologados os cálculos.

Sugeriu-se a concessão de prazo de oito dias sucessivos, sob pena de preclusão, para a reclamada apresentar cálculos e para o reclamante apresentar cálculos divergentes, se caso, ou se a reclamada não apresentar. Na concordância do reclamante será homologada a conta apresentada pela reclamada. Havendo divergência, conforme a complexidade é designada a perícia contábil.

Sugeriu-se, ainda, a designação de audiência de tentativa de conciliação após o trânsito em julgado, sempre após nove dias da intimação das partes para apresentação de cálculos e ciência da referida audiência.

Verificou-se a existência de processos com lançamento no início da liquidação, com recurso ordinário interposto, impactando no aumento do prazo médio da liquidação, devendo ser dada maior atenção no momento do lançamento.

Constatou-se a existência de processos com liquidação encerrada, mas que consta com a liquidação em aberto no e-gestão. Esclareceu-se que encerra a fase de liquidação: o lançamento de início da execução, a homologação dos cálculos, homologação de acordo ou redistribuição. Salientou-se que há “Check box” no Pje para informação de acordo, da mesma forma que existe para registro de exceção de incompetência e, havendo acordo nessa fase, deve ser registrado o acordo pós-sentença. Determinou-se a correção das inconsistências.

Orientou-se para que os processos na tarefa controle de perícias sejam direcionados às subcaixas de quinzena, devendo ser tramitados os processos com laudo contábil já anexado ao processo.



Esclareceram que o que atrasou o prazo médio da liquidação foi que o Município não apresentava cálculos no prazo, pedindo dilação para apresentação, por problemas estruturais do Órgão.

No que diz respeito aos processos que aguardam pagamento de precatório, a Unidade continua encerrando a execução, sendo proferida sentença de encerramento da execução, porém sem o arquivamento do feito. Salientou-se que o procedimento é diverso da orientação atual da Corregedoria e esclareceu-se que extinta a execução, o processo permanece no acervo da Unidade até o arquivamento e que a questão foi levada à Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, e que aguarda posicionamento daquele Órgão. Orientou-se para que até que haja determinações expressas em sentido contrário, sejam mantidos na fase de execução os processos que aguardam pagamento de precatórios, não mais sendo lançado o arquivamento.

Verificou-se a existências de processos na tarefa “cumprimento de providências – hasta pública”, desde 14/7/2017. Esclareceu que se tratam de processos que aguardam até três tentativas de vendas pelo Corretor.

Verificou-se a existência de 11 processos na tarefa “minutar sentença – Exec”, destinado ao Exmo. Juiz Substituto, Dr. Vilson Antônio Previde, o mais antigo de 20/7/2017. Trata-se de processos que aguardam decisão de embargos à execução ou impugnação à sentença de liquidação. Esclareceu o Diretor de Secretaria, que a perda de servidores no quadro, por aposentadoria, não há servidor indicado para minutar decisões de execução, provocando os atrasos na decisão pelo Magistrado.

Sugeriu-se que, quando se tratar incidentes sobre cálculos elaborados por perito, seja o processo a ele destinado para retificação ou ratificação da conta, antes do julgamento pelo Juízo e, em se tratando de cálculos apresentados pelas partes, que o processo seja passado ao calculista para análise antes do julgamento.

Sugeriu-se que, quando da migração de processos na fase de liquidação ou execução, seja o relatório de ocorrências do processo extraído do SAP1G, como segundo documento do Pje.



Salientou-se ainda que os processos desarquivados, com ocorrência RMA, sem prosseguimento da execução, deverão receber a ocorrência de nível 2, RCX e não DSA, devendo ser corrigidas as inconsistências do SAP1G.

Constatou-se a existência de processos nas ocorrências “carga com advogado” e “carga com perito”. Orientou-se a manterem o controle das cargas de processos a advogados e peritos, cobrando a entrega dos autos sempre que ocorra atraso na devolução, sob pena de busca e apreensão, além de outras medidas, a critério do Juiz.

Orientou-se para a utilização das ferramentas SIMBA, CENIB, Protesto e SERASA, tal como já determinado na Correição anterior.

O Diretor de Secretaria solicitou especial atenção para reposição dos servidores aposentados ou na iminência de se aposentar, posto que hoje trabalham com 11 servidores e o volume processual enquadra a Vara na condição mais crítica deste Tribunal (acima de 3.000/ano). Solicitou, ainda, mais um estagiário, sem a limitação de 5 por unidade.

Observou-se que pauta informada não condiz com as pesquisas (por amostragem) realizadas nesta Corregedoria. Ressalta-se que há processos na triagem inicial desde 11/12/2017 sem a designação de audiências. Determina-se que o Diretor de Secretaria informe eventuais equívocos, no prazo de 10 (dez) dias.

Determinou-se que todas as questões abordadas na presente reunião sejam repassadas aos servidores da Unidade pelos gestores e orientadores das equipes para o efetivo cumprimento.

## **21 – RECOMENDAÇÕES:**

**20.1** – incluir em pauta todos os feitos que aguardam o encerramento da instrução processual, nada obstante, eventual entendimento posterior do Juízo de não ser necessária a audiência para a produção de provas, com o objetivo de tornar aferível a real situação da Unidade e, conseqüentemente, a tomada de medidas adequadas pelos MM. Juízes.



## 22 – DETERMINAÇÕES:

**22.1** – encaminhar cópias de sentenças que reconheçam a conduta culposa do empregador em acidente de trabalho para [pfing.regressivas@agu.gov.br](mailto:pfing.regressivas@agu.gov.br) e [regressivas@tst.jus.br](mailto:regressivas@tst.jus.br), nos termos do Ofício Circular TST.GP nº 615/2012, de 18.5.2012, e da Recomendação Conjunta GP-CGJT 2/2011, assim como cópia de decisão nos casos de reconhecimento de agente insalubre após prova pericial ([sentencas.dsst@mte.gov.br](mailto:sentencas.dsst@mte.gov.br) e [insalubridade@tst.jus.br](mailto:insalubridade@tst.jus.br)), de acordo com Ofício Circular TST.GP nº 670/2013 e Recomendação Conjunta 3GP.CGJT de 2013;

**22.2** – observar os Comunicados GP-CR nº 04/2010 e 10/2011, que tratam da necessidade de se dar preferência à instrução e julgamento das ações civis públicas e civis coletivas;

**22.3** – diligenciar pelo devido cadastro dos Requisitórios de Pequeno Valor, no sistema de acompanhamento de 1º Grau, no campo “Estatística – Cadastro de Valores”, quando da requisição e do pagamento;

**22.4** – priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade, se existentes condições mínimas de lotação;

**22.5** – envidar esforços para alcançar as Metas do E. CNJ e Justiça do Trabalho;

**22.6** – tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe suas análises e realização de todos os atos que os impulsionem para o próximo ato, independentemente, de procedimentos internos, nos termos do artigo 2º, III e VI da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, mesmo nos processos físicos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessários;

**22.7** – acompanhar os vídeos de “Dicas da Corregedoria” referentes à atuação e procedimentos dos Órgãos jurisdicionais da 1ª Instância;

**22.8** – intensificar a realização de audiências nos processos da fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição;



**22.9** – utilizar as ferramentas eletrônicas e convênios de acordo com o previsto no Provimento GP-CR nº 05/2015 e alterações subsequentes, bem como Ordens de Serviço desta Corregedoria que definiram as atribuições dos GIEs e Oficiais de Justiça;

**22.10** – utilizar regularmente as ferramentas SERASA, SIMBA, INFOSEG E PROTESTO além das ferramentas já adotadas, pelo exaurimento das iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos.

### **23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:**

Não houve comparecimento de partes, advogados ou terceiros para atendimento pela Exma. Desembargadora Vice-Corregedora.

### **24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:**

**24.1** – A MM. Juíza Titular está autorizada a residir fora da jurisdição e encontra-se em licença estudo até 25/4/2018 (Processo 0000465-75.2012.5.15.0897). Por sua vez, o Juiz Substituto Auxiliar Fixo Fabio Camera Capone está autorizado a residir fora da sede da circunscrição (PA 0000106-57.2014.5.15.0897), assim como o Juiz Substituto Vilson Antônio Previde (PA 0000266-48.2015.5.15.0897).

**24.2** – A Exma. Desembargadora Vice-Corregedora Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre eventual atraso na prolação de sentença, bem como sobre as respectivas autorizações para residir fora da sede da circunscrição, resultados da Unidade, incentivo à mediação e necessidade de cadastramento no SIMBA.

**24.3** – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

**24.4** – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a



manifestação do Diretor, pontualmente, coma ciência da Exma. Juíza Titular ou seu substituto, se o caso, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 4139/2016.

## **25 – OFÍCIOS**

Expeça-se ofício para a Diretoria Geral dando ciência e para as providências que merecer, tendo em vista as solicitações do Diretor para reposição dos servidores aposentados ou na iminência de se aposentar, posto que hoje trabalham com 11 servidores e o volume processual enquadra a Vara na condição mais crítica deste Tribunal (acima de 3.000/ano), bem como para a contratação de mais um estagiário, sem a limitação de 5 por unidade;

## **26 – ENCERRAMENTO:**

No dia 1º de fevereiro de 2018, às 18 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Norton Luiz Bechtluft, Coordenador de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.